



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567717 - SP (2020/0071971-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PAULO ROBERTO PIRES DE LIMA
ADVOGADO : PAULO ROBERTO PIRES DE LIMA - SP114102
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERTO DE JESUS MOREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBERTO DE JESUS MOREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2009533-51.2020.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 13/4/2019, prisão posteriormente convertida em preventiva (e-STJ fl. 27), denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 14).

Irresignada, a defesa pleiteou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, constrangimento ilegal ante o excesso de prazo e ausência de fundamentação concreta para a prisão preventiva do paciente. Contudo, os membros da 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo denegaram a ordem, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 14):

HABEAS CORPUS Tráfico de entorpecentes (artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06). Apreensão de razoável quantidade e variedade de entorpecentes (01 'grande porção' de cocaína, com massa de 63 gramas; 212 porções de cocaína, pesando 170 gramas; além de 02 porções de maconha e 02 porções de cocaína Pressupostos da segregação cautelar presentes Inócuas outras medidas do artigo 319 do CPP Constrangimento ilegal não caracterizado Alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Não reconhecimento. Seguimento regular da ação penal, consideradas as peculiaridades do caso Ordem denegada.

Na presente oportunidade, alega a defesa constrangimento ilegal ante o excesso de prazo, em razão de o paciente estar segregado cautelarmente há mais de 11 meses, acrescentando que o acórdão impetrado "trabalhou sob falsa premissa, quando diz apenas estar aguardando o resultado do exame quando na verdade (mesmo após ser chamada atenção nesse particular), nem sequer quase ano depois da prisão, DATA, LOCAL E HORÁRIO para a feitura do referido exame, o que se diria então para o encerramento da instrução criminal e o sentenciamento" (e-STJ fl. 10).

Argumenta que "[o] Paciente também preenche todos os requisitos para obter o beneplácito da liberdade provisória" (e-STJ Fl.8). Conclui que, diante dos argumentos expostos, as medidas cautelares se mostram suficientes para o caso, "preferencialmente aquela consistente no comparecimento periódico em Juízo, recolhimento noturno, a proibição de acesso a determinados lugares" (e-STJ fl. 9).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a concessão de ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, expedindo-se o alvará de soltura (e-STJ fls. 11/12).

É o relatório, **decido**.

As disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de habeas corpus e de recurso em habeas corpus, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 1/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/04/2019, DJe 22/4/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018; e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do *habeas corpus* constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de *habeas corpus* apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, para conferir maior celeridade ao *habeas corpus* e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do *writ* antes da ouvida do *Parquet* em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não

pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC n. 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC n. 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

Entendo ser a hipótese dos autos, em que se busca o relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação." No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Mencione-se, por outro lado, que, com o fim de assegurar que a prisão não se estenda por período superior ao necessário, configurando verdadeiro cumprimento antecipado da pena, a alteração promovida pela Lei n. 13.964/2019 ao art. 316 do Código Penal estabeleceu que o magistrado revisará a cada 90 dias a necessidade da manutenção da prisão, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Necessário, porém, considerar que, cumprido tal requisito, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

No caso, o paciente foi preso cautelarmente no dia 13/4/2019, e denunciado pelo crime de tráfico de drogas, porque teria sido flagrado com uma porção de cocaína com peso de 63g, mais 170g separadas em 212 porções e mais duas porções de maconha.

Ocorre que a ação penal não apresenta complexidade, ao revés, conta com apenas um réu e, mesmo de se aproximando de um ano de prisão, não há perspectiva de quando será proferida a sentença. Vale lembrar que a prisão deu-se exclusivamente com base na quantidade de droga apreendidas, nada mencionando acerca do risco de reiteração, como informações acerca de um passado desabonador, donde se depreende que o paciente é primário.

Nesse contexto, forçoso reconhecer a excessiva demora no processamento da ação penal.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO RUSH. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO INTERNACIONAL. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. POSSIBILIDADE DE REVISÃO AO LONGO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS. PACIENTE PRIMÁRIO E COM BONS ANTECEDENTES. PRISÃO SUBSTITUÍDA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS.

1. Quanto ao apontado excesso de prazo, além de a questão estar prejudicada ante o superveniente encerramento da instrução criminal, a demora na

conclusão do feito está justificada. É inquestionável a complexidade da causa, visto tratar-se de ação penal em que figuram 18 réus e vários presos, com atendimento a diversos pedidos elaborados pelas defesas. A audiência de instrução transcorreu normalmente, e o Juiz Federal vem conduzindo de maneira apropriada o feito, sem dilações indevidas, nem manifestações desarrazoadas.

2. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo (Súmula 52/STJ).

3. No caso, passado um ano da prisão do paciente e já encerrada a instrução processual, com as considerações feitas no voto vencido do acórdão impugnado quanto à inexistência de provas robustas contra ele, sendo salientada a sua situação de primário e sem qualquer antecedente, somadas à inexistência de risco de reiteração criminosa e de risco à instrução processual, possível a substituição da prisão por medidas cautelares indicadas no art. 319 do CPP.

4. Recurso provido para conceder a ordem de modo a substituir a prisão por medidas cautelares diversas: comparecimento em juízo nas condições a serem fixadas pelo juiz da causa; proibição de se ausentar do país e proibição de contato com qualquer um dos investigados, ficando o juiz da causa autorizado a, desde que de forma fundamentada, impor outras cautelares que entender necessárias.

(RHC 102.061/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. CULPA EXCLUSIVA ESTATAL. AGENTE PRIMÁRIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. Já foi escrito que toda pessoa detida tem direito de ser julgada dentro de um prazo razoável (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 7º); e que a todos é assegurada a razoável duração do processo (Constituição da República, art. 5º, LXXVIII).

3. Caso em que a prisão processual foi decretada em 6/10/2017, ou seja, há mais de 1 ano e 5 meses, sem que se tenha havido condenação até o presente momento. As informações prestadas pela instância de origem indicam que a demora advém exclusivamente da atuação estatal, notadamente em razão da demora em se nomear um defensor público ou advogado dativo para atuar no processo, bem como, da postergação irrazoável da juntada do laudo toxicológico definitivo, para que as partes possam apresentar as suas razões finais e ocorrer a ulitimação do feito.

4. Trata-se de acusado primário, com 22 anos de idade, e não há qualquer dado indicativo de que esteja envolvido de forma profunda com a criminalidade, circunstâncias essas que, considerando o prazo transcorrido, acena para a possibilidade de acautelamento deste caso por meio de outras medidas mais brandas.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares

previstas no art. 319 do CPP, a serem estabelecidas pelo Juiz de primeiro grau, salvo se por outro motivo estiver preso.

(HC 492.957/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 16/04/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do presente *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem** de ofício para relaxar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de outras medidas mais brandas, previstas no art. 319 do CPP, a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau.

Comunique-se com **urgência** ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal estadual, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator